

**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES DO
DISTRITO FEDERAL – DF-PREVICOM**

Relatório de Recomendações de Auditoria

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020



Brasília – DF, 19 de março de 2021.

Aos Administradores da

DF PREVICOM - Fundação de Previdência Complementar dos Servidores do Distrito Federal
Brasília - DF

Prezados senhores,

Em conexão com os exames das demonstrações financeiras da FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL (Fundação ou DF-PREVICOM), do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentamos nossas recomendações e observações sobre as eventuais deficiências de controles internos que chegaram ao nosso conhecimento, decorrentes de aspectos ou assuntos oriundos da aplicação de procedimentos executados até 31 de dezembro de 2020, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

As recomendações e as observações aqui apresentadas têm por finalidade contribuir para aperfeiçoar os procedimentos contábeis da Fundação, bem como visam à salvaguarda e à proteção dos ativos, mas não constitui um resultado de uma avaliação ou asseguarção sobre os controles internos da Entidade. Nossos testes foram baseados preponderantemente por meio de testes substantivos analíticos (Revisão Analítica), confrontos dos saldos contábeis aos relatórios auxiliares analíticos e acompanhamento das recomendações do relatório de auditoria anterior (Follow up).

Este relatório é confidencial e foi preparado exclusivamente para apresentação das pessoas chaves da DF PREVICOM. Os aspectos adiante apresentados devem ser objeto de circulação restrita e não poderão ser utilizados por terceiros sem a prévia anuência formal da Moore VR Auditores.

Gostaríamos de agradecer a colaboração que obtivemos dos empregados e administradores da DF PREVICOM e colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente.

MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC 1 GO 02158/O-4

RICARDO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI
CONTADOR CRC DF 18838/O-0

Sumário

1	Conceitos básicos e importância sobre os controles internos	2
2	Procedimentos executados na data base de 31 de dezembro de 2020	4
2.1	Revisão Analítica.....	4
2.2	Testes Substantivos.....	6
3	Pontos de auditoria recorrentes (follow-up)	7
3.1	Monitoramento dos controles internos das instituições prestadoras de serviços	7
3.2	Ausência de rotina quanto ao acompanhamento periódico de possíveis mudanças nos pareceres de auditoria dos fundos de investimentos financeiros.	8
3.3	Ausência de recálculo e conferência da taxa de administração cobrada pelo administrador do fundo	9
4	Pontos solucionados.....	10
4.1	Ausência da guarda e eventual precificação dos ativos por agente custodiante registrado pela CVM	10
5	Pontos identificados na data base de 31 de dezembro de 2020.....	11
5.1	Ausência de normas e procedimentos formais	11

1 Conceitos básicos e importância sobre os controles internos

Antes de detalharmos os achados de auditoria e potencializar seus possíveis impactos dentro da atividade finalística da Fundação, gostaríamos de iniciar esta parte do relatório apresentando alguns conceitos básicos sobre controles internos e sua importância dentro de qualquer estrutura organizacional, haja vista que, no nosso entender qualquer Entidade necessita possuir uma política contínua para aprimoramento dos controles internos, que se tornem capazes de garantir a satisfação de suas metas e salvaguardar seu patrimônio.

Controle interno pode ser definido como “o plano da organização e todos os métodos e medidas coordenados, aplicados a uma Entidade, a fim de proteger seus bens, conferir a exatidão e a fidelidade de seus dados contábeis, promover a eficiência e estimular a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas”.

Os meios de controle incluem também as formas de organização, instruções, padrões, comitês, planos de contas, orçamentos, relatórios, registros, projetos, inventários, treinamentos, entre outros.

Para tanto, é necessário também analisar se as normas e procedimentos estabelecidos estão sendo cumpridos por pessoal qualificado com treinamento para desenvolver suas atividades e devidamente supervisionado pelos supervisores de cada setor, além de averiguar mediante as situações, que surgirem nos departamentos qual o melhor caminho a ser seguido, indicando aos responsáveis por cada departamento qual é a melhor maneira para efetuar determinada operação, para reduzir custos e atingir o maior grau de eficiência e eficácia dos sistemas operacionais.

Mas para a entidade atingir suas metas e políticas estabelecidas com grau de eficiência e eficácia desejada é muito importante que tenha um quadro de funcionários com pessoas treinadas, qualificadas e motivadas, para que a eficiência dos sistemas não seja comprometida.

Assim, ao falar da relevância do controle interno dentro de uma organização, destaca-se as vantagens e desvantagens no seu contexto e o detalhamento das suas funções e os diversos tipos de controles existentes, tendo, no caso especificamente da DF PREVICOM, as áreas de finanças, contabilidade e coordenação como fortes aliadas na verificação e fiscalização destes controles, é o que será tratado nessa apreciação, conforme segue:

Relação Custo/Benefício:

O benefício de um controle interno consiste na redução do risco de falhas quanto ao cumprimento dos objetivos e metas de uma atividade. O conceito de custo/benefício reconhece que custo de um controle não deve exceder os benefícios que ele possa proporcionar. Embora a determinação da relação custo/benefício, em alguns casos, não seja de fácil avaliação, o administrador deve, na medida do possível, efetuar estimativas e/ou exercer um julgamento próprio a respeito.

Definição de Responsabilidades e Autoridade:

O dever de todo pessoal dentro de uma organização deve ser fixado e limitado de forma precisa, bem/ como a autoridade decorrente, atribuída a cada uma das funções. Assim sendo, deve haver:

1. Procedimentos claramente determinados que levem em conta as funções de todos os setores da organização, propiciando a integração das informações dentro do sistema;
2. Um organograma adequado em que a linha de autoridade e a conseqüente responsabilidade sejam definidas entre os diversos departamentos, chefes, encarregados de setores, etc.
3. A delimitação de funções ou atividades, embora possa ser informal, deve, preferivelmente, ser definida em manuais de procedimentos, visto que estes propiciam a eficiência do sistema e evitam erros.

Segregação de Funções:

Um sistema de controle interno adequado é aquele que elimina a possibilidade de dissimulação de erros ou irregularidades. Assim sendo, os procedimentos destinados a detectar tais erros ou irregularidades devem ser executados por pessoas que não estejam em posição de praticá-los, isto é, deve haver uma adequada segregação de funções. De uma maneira geral, o sistema de controle interno deve prever segregação entre as funções de aprovação de operações e sua execução e controle, de modo que nenhuma pessoa possa ter completa autoridade sobre uma parcela significativa de qualquer transação.

Acesso aos Ativos:

Para se atingir um grau de segurança adequado, o acesso aos ativos de uma entidade deve ser limitado ao pessoal autorizado. O termo “acesso aos ativos”, aqui utilizado, inclui acesso físico direto e acesso indireto por meio de preparação ou processamento de documentos que autorizem o uso ou disposição desses ativos.

Outros Tipos de Controle Interno:

Quando tratamos de controle interno, analisamos sempre o processo de gestão não apenas quanto à prevenção de fraudes. Outra função que é considerada a mais importante é a sua contribuição do controle de gestão na tomada de decisões.

Dessa forma, o controle interno tem como objetivo a potencialização do êxito no processo decisório, o que possibilita maior geração de benefícios socioeconômicos, e também interfere em retornos sociais e ambientais. Assim sendo, o controle interno busca ultrapassar as barreiras do retorno financeiro.

2 Procedimentos executados na data base de 31 de dezembro de 2020

O escopo dos trabalhos realizados para o exercício de 2020 incluiu os seguintes procedimentos:

2.1 Revisão Analítica

A revisão analítica busca por meio de procedimentos substantivos analíticos, identificar e avaliar possíveis distorções na apresentação dos saldos contábeis. Em 31 de dezembro de 2020, efetuamos esse procedimento de auditoria, considerando para as contas patrimoniais em 31/12/2020 e 31/12/2019, como demonstrado a seguir:

Ativo

Ativo	31/12/2020	31/12/2019	Δ (R\$)	Δ (%)
DISPONÍVEL	-	-	-	0%
<i>Caixa</i>	-	-	-	0%
<i>Bancos Conta Movimento</i>	-	-	-	0%
REALIZÁVEL	21.132.385	20.431.650	(700.735)	-3%
Gestão Previdencial	-	0,10	0	0%
<i>Recursos a Receber</i>	-	0,10	0	0%
Gestão Administrativa	8.129	132	(7.997)	-98%
<i>Adiantamentos</i>	7.997	-	(7.997)	-100%
<i>Tributos a Compensar</i>	132	132	-	0%
Investimentos	21.124.256	20.431.518	(692.738)	-3%
<i>Renda Fixa</i>	20.572.614	19.927.530	(645.084)	-3%
<i>Ações</i>	551.642	503.989	(47.654)	-9%
REALIZÁVEL	6.282.691	6.018.158	(264.533)	-4%
Imobilizado	78.855	97.476	18.621	24%
<i>Valor Original Corrigido</i>	88.862	97.476	8.614	10%
<i>(-) Depreciação Acumulada</i>	(10.007)	-	10.007	-100%
Intangível	6.203.836	5.920.682	(283.154)	-5%
<i>Conselheiros</i>	460.210	441.541	(18.669)	-4%
<i>Dirigentes</i>	735.410	760.259	24.850	3%
<i>Pessoal Próprio</i>	2.274.950	2.120.652	(154.298)	-7%
<i>Pessoal Cedido</i>	1.654.019	1.586.717	(67.302)	-4%
<i>Estagiários</i>	6.062	3.594	(2.468)	-41%
<i>Treinamento/Congressos e Seminários</i>	10.814	10.814	-	0%
<i>Serviços de Terceiros</i>	597.033	555.587	(41.446)	-7%
<i>Despesas Gerais</i>	354.052	336.828	(17.224)	-5%
<i>Outros Gastos</i>	111.286	104.691	(6.596)	-6%
TOTAL DO ATIVO	27.415.076	26.449.808	(965.268)	-4%

Passivo

Passivo	31/12/2020	31/12/2019	Δ (R\$)	Δ (%)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	(21.330.069)	(21.245.037)	85.032	0%
Gestão Previdencial	(0)	-	0	-100%
<i>Outras Exigibilidades</i>	<i>(0)</i>	<i>-</i>	<i>0</i>	<i>-100%</i>
Gestão Administrativa	(21.330.068)	(21.245.037)	85.031	0%
<i>Contas a Pagar</i>	<i>(166.183)</i>	<i>(202.457)</i>	<i>(36.275)</i>	<i>22%</i>
<i>Retenções a Recolher</i>	<i>(5.482)</i>	<i>(15.797)</i>	<i>(10.315)</i>	<i>188%</i>
<i>Receitas Antecipadas</i>	<i>(21.155.509)</i>	<i>(21.023.483)</i>	<i>132.026</i>	<i>-1%</i>
<i>Tributos a Recolher</i>	<i>(2.542)</i>	<i>(2.942)</i>	<i>(399)</i>	<i>16%</i>
<i>Outras Exigibilidades</i>	<i>(353)</i>	<i>(358)</i>	<i>(5)</i>	<i>2%</i>
Investimento	(1)	-	1	-100%
<i>Outras Exigibilidades</i>	<i>(1)</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	<i>-100%</i>
PATRIMÔNIO SOCIAL	(6.085.007)	(5.204.771)	880.236	-14%
Patrimônio de Cobertura do Plano	(5.706.454)	(4.868.125)	838.330	-15%
<i>Provisões Matemáticas</i>	<i>(5.706.454)</i>	<i>(4.868.125)</i>	<i>838.330</i>	<i>-15%</i>
Fundos	(378.553)	(336.646)	41.906	-11%
<i>Fundos Administrativos</i>	<i>(378.553)</i>	<i>(336.646)</i>	<i>41.906</i>	<i>-11%</i>
TOTAL DO PASSIVO	(27.415.076)	(26.449.808)	965.268	-4%

2.2 Testes Substantivos

De acordo com o escopo do trabalho referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, realizamos testes substantivos nos seguintes grupos de contas contábeis:

Caixa e Equivalentes de Caixa

Verificamos as conciliações bancárias mensais e confrontamos os saldos contábeis com os extratos bancários.

Resumo das Atas

Lemos as atas das reuniões ocorridas no período e realizamos resumo para análise dos impactos nas demonstrações contábeis no final do exercício.

Gestão Administrativa

Verificamos a contabilização dos proventos da folha de pagamento na despesa, efetuamos o recálculo dos encargos incidentes (INSS, FGTS e IRRF), e verificamos o pagamento das guias de contribuição.

Verificamos por meio de seleção a fidedignidade das despesas administrativas registradas, por meio da análise da documentação suporte e respectiva liquidação financeira

Gestão Previdencial

Realizamos testes das receitas de contribuição.

Investimentos

Verificamos a composição da carteira, e as movimentações ocorridas no período.

Confirmações Externas

Realizamos confirmação externa dos saldos contábeis registrados, junto as instituições financeiras, advogados, seguradoras, custodiante e patrocinadores.

3 Pontos de auditoria recorrentes (follow-up)

3.1 Monitoramento dos controles internos das instituições prestadoras de serviços

Embora a Fundação ainda não possua uma instituição financeira credenciada junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários devidamente contratada, observamos que a Fundação utiliza serviços de instituições financeiras para gestão e administração dos recursos garantidores por meio de fundos de investimentos financeiros. Essas instituições financeiras utilizam uma estrutura complexa de sistemas operacionais para processamento das informações contábeis e estão sujeitas a auditorias dos processos, executadas em nome de seus clientes, por meio da emissão do relatório do International Standard on Assurance Engagements 3402 (ISAE3402).

Nesse contexto, e considerando que a existência e a precisão dos valores dos ativos da Fundação são diretamente influenciadas pelos controles internos do agente custodiante, dos gestores e dos administradores relacionados à prestação dos serviços, é importante o acompanhamento dos assuntos constantes do relatório do International Standard on Assurance Engagements 3402 (ISAE3402).

Recomendação da auditoria

Que a administração da Fundação tome conhecimento dos referidos relatórios e acompanhe a aderência da norma internacional (OBS: Aprovada no Brasil por uma Resolução do Conselho Federal de Contabilidade NBC TO 3402).

Follow-up em 31 de dezembro de 2020

Não identificamos dentre os procedimentos realizados para a data base de 31 de dezembro de 2020, o efetivo acompanhamento conforme recomendação anterior.

Comentário da administração

Solicitaremos o envio do International Standard on Assurance Engagements 3402 (ISAE3402), e avaliaremos a relevância do acompanhamento.

3.2 Ausência de rotina quanto ao acompanhamento periódico de possíveis mudanças nos pareceres de auditoria dos fundos de investimentos financeiros.

A Fundação possui aplicações financeiras relevantes em fundos de investimentos financeiros, todavia, não evidenciamos rotinas formalizadas de acompanhamento periódico de possíveis mudanças nos pareceres de auditoria independente dos fundos de investimentos financeiros em que a Entidade possui investimentos, rotina de cobrança nos Fundos que não encaminham as demonstrações auditadas e rotina formal quanto ao compilamento dos assuntos mencionados pelos auditores independentes e encaminhamento aos gestores responsáveis.

Recomendação da auditoria

Que seja estabelecida rotina quanto ao acompanhamento periódico de possíveis mudanças nos pareceres de auditoria dos fundos de investimentos financeiros.

Follow-up em 31 de dezembro de 2020

Não identificamos dentre os procedimentos realizados para a data base de 31 de dezembro de 2020, o efetivo acompanhamento periódico dos pareceres dos fundos conforme recomendação da auditoria no exercício anterior.

Comentário da administração

A DF-PREVICOM conta apenas com fundos cujos ativos são negociados em bolsa ou mercado de balcão organizado, e, portanto, com menores riscos. A rotina de acompanhamento da auditoria dos fundos não foi estabelecida em 2020 devido à priorização de outras atividades mais urgentes para o momento institucional. Entretanto, será implementada em 2021.

3.3 Ausência de recálculo e conferência da taxa de administração cobrada pelo administrador do fundo

Não nos foi possível identificar a existência de controles internos para conferências da precisão e exatidão dos valores de taxa de administração cobradas pelos administradores dos Fundos de Investimentos ou mesmo recálculos com base nos critérios determinados no regulamento.

A ausência dessa conferência possibilita que valores a maior sejam cobradas pelos administradores dos fundos de investimento.

Recomendação da auditoria

Que sejam estabelecidas rotinas de recálculo e conferência da taxa de administração cobrada pelo administrador do fundo, a fim de evitar eventual perda financeira em decorrência da ausência de acompanhamento adequado da performance do investimento.

Follow-up em 31 de dezembro de 2020

Não identificamos dentre os procedimentos realizados para a data base de 31 de dezembro de 2020, a formalização das rotinas de recálculo e conferência da taxa de administração cobrada pelo administrador do fundo, a fim de evitar eventual perda financeira em decorrência da ausência de acompanhamento adequado da performance do investimento, conforme recomendação da auditoria no exercício anterior.

Comentário da administração

A DF-PREVICOM atualmente conta com seus ativos integralmente aplicados em fundos exatamente para redução dos custos de controle, já que os fundos são selecionados com base em critérios qualitativos e quantitativos aplicados não somente aos fundos como também às instituições, inclusive com exigência de rating e relatórios Anbima que versam sobre os controles internos da gestão e administração. Para o recálculo da taxa de administração, a Entidade deveria solicitar aos gestores a rentabilidade bruta diária dos ativos (que podem divergir daquelas divulgadas em canais públicos, uma vez que os preços de negociação são diferentes da média do mercado) e então aplicar o recálculo, atividade com alto custo operacional e de recursos humanos e de baixa relevância, uma vez que os fundos são auditados e possuem controladoria própria. Ademais, estaria dependente do envio das informações pelos próprios gestores (preço de cada ativo negociado) o que torna impossível a verificação da sua veracidade de qualquer maneira. Dessa forma, entende que o custo operacional e de recursos humanos para fazer o recálculo da taxa de administração cobrada por fundos excede a possível vantajosidade, ainda mais porque trabalha com instituições com alto nível de controle e também por não ser essa uma prática entre as EFPC.

4 Pontos solucionados

4.1 Ausência da guarda e eventual precificação dos ativos por agente custodiante registrado pela CVM

A Fundação possui aplicações financeiras relevantes em fundos de investimentos financeiros, todavia, observamos que os ativos do plano administrado pela Fundação não estão custodiados em uma instituição financeira registrada na CVM – Comissão de Valores Mobiliários, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.661/2018, cujas atribuições incluem a guarda e a eventual precificação dos ativos, entre outras rotinas operacionais julgadas relevantes.

Recomendação da auditoria

Recomendados que a Fundação continue realizando a Gestão de Riscos dos investimentos, e seu monitoramento, a fim de controlar os fatores de riscos interno e externo, que possam impactar seus ativos, em especial os investimentos estruturados.

Follow-up em 31 de dezembro de 2020

Constamos que ativos do plano administrado pela Fundação no exercício de 2020, estão custodiados pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira devidamente registrada na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

5 Pontos identificados na data base de 31 de dezembro de 2020

5.1 Ausência de normas e procedimentos formais

A DF PREVICOM não possui institucionalizado Manuais de normas e procedimentos.

O Manual de procedimentos de rotina e de controle interno tem como finalidade definir aspectos como: segregação de função, responsabilidades, definição de tarefas e sua periodicidade, estabelecer prazos para tarefas e/ou resoluções de pendências, documentação mínima exigida e demais aspectos inerentes à área.

Ressalta-se que a DF-PREVICOM trabalha desde 2020 em um manual de procedimentos operacionais e a parte de arrecadação já consta de sua primeira versão, ao qual não fora disponibilizada a auditoria, visto que ainda não foi aprovada pela Diretoria-Executiva da Entidade.

Recomendação da auditoria

Considerando a importância dos documentos para os usuários internos e externos da fundação, e dada a ausência da formalização de normas e procedimentos interno, solicitamos que a administração elabore os referidos manuais, afim de padronizar as tarefas, rotinas e aprimorar os procedimentos operacionais.

Comentário da administração

A Diretoria-Executiva da Fundação elaborou e aprovou junto ao Conselho Deliberativo, no ano de 2020, ampla gama de documentos de governança, dos quais destacamos sua Política de Alçadas, normas de contratação para cargos comissionados, normas para seleção de fundos de investimento, Regulamento Eleitoral, indicadores de metas e de gestão e programa de estágio. Além disso, a Fundação criou e instituiu Comitê de Investimentos e Risco e Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, além de elaborar sua matriz de riscos a partir de seu planejamento estratégico. Todas estas iniciativas fazem parte do desenvolvimento de sua governança e melhoria de seus controles internos. Ademais, após amplo trabalho das diretorias da Entidade, foi aprovado pela Diretoria-Executiva, em sua 44ª reunião ordinária realizada em 26/02/2021, a primeira versão do Manual de Procedimentos Operacionais da Entidade (MPO). Neste manual a Fundação documentou 16 procedimentos operacionais, todos afetos a rotinas sensíveis com relevante impacto financeiro. O manual apresenta detalhamento das rotinas e procedimentos, responsáveis e supervisores, além de prazos e legislação. Os processos mapeados são de todas as diretorias da Fundação e envolveram procedimentos de cadastro e arrecadação previdenciária, pagamentos a fornecedores e colaboradores, precificação de ativos e acompanhamento de carteira, contratações, licitações e incorporação de ativo fixo. A DF-PREVICOM planeja para 2021 uma segunda versão do MPO, mais ampla e atualizada, além de prever a elaboração de política de proteção de dados e planejamento de sua gestão baseada em riscos. Este trabalho demonstra o compromisso da Diretoria-Executiva da Fundação com as melhores práticas de governança e melhoria constante de seu sistema de controles internos.

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore VR Auditores e Consultores

SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907
Edifício João Carlos Saad
Brasília/DF - CEP 70070-120
Tel.: 55 (61) 3223 6098

www.moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.